

## FÓRUM

# Desafio dos fundos europeus passa por executar bem e com monitorização

A maior parte dos recursos da União Europeia é canalizada através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, e que são geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros.

1. Quais os desafios para a correta gestão dos fundos europeus?
2. A situação política que se vive em Portugal pode resultar num atraso na aplicação de fundos?



**ALEXANDRA ABALA-MATOS VENÂNCIO**  
Associada Coordenadora  
na SPS Advogados

1. Portugal aguarda uma soma sem precedentes em fundos europeus. São três os programas que decorrem em simultâneo: Portugal 2020 - que está a terminar, mas que ainda tem parte por executar; o PRR - que está a começar; e o Portugal 2030 - novo programa do quadro comunitário 21/27. Os desafios são, por si só, hercúleos, para uma gestão que é muito apertada. A corrida, é em contrarrelógio. O tempo é o maior desafio e o fator crítico de sucesso. Os projetos são muitos, os timings curtos, e os montantes são elevados e não se querem desperdiçados. Conseguir executar tanto dinheiro em tão curto espaço de tempo vai ser uma corrida de 100 metros rasos. Logo a seguir, o planeamento e a execução são imperativos e desafiantes. Há que garantir a simplicidade aos processos. A antecipação dos projetos que vão sair e a sua adaptação, são variáveis a dominar para uma candidatura com sucesso. A preparação, a implementação, o acompanhamento, e por fim, a sua execução, são etapas cruciais. O projeto candidato só marca golos na sua execução. Até esta fase, apenas fez um bom jogo, mas não ganhou nada ainda. O grande trabalho é executar. De nada servem as taxas de aprovação. As exigências de execução são muito grandes e, por isso, há que apostar numa gestão de qualidade e liderança nas empresas, com enfoque nas forças produtivas e na correta utilização dos recursos disponíveis. Estão estabelecidas metas anuais, que caso não sejam cumpridas, terão impacto na disponibilização dos fundos. Importa executar bem os projetos, transformar projetos em resultados. Depois, há o controlo das práticas antifraude, anticorrupção e duplicação de fundos. A estrutura de coordenação, do PRR e também do novo quadro comunitário, deve permitir que haja maior transparência, controlo e capacidade de auditorias.

2. Todo o cenário de incerteza política é desfavorável para a economia. A execução dos fundos europeus pode, no contexto da atual crise política, ser ainda mais difícil. É possível executar o PRR, mas com este cenário a execução prevê-se

mais lenta, logo, o aproveitamento pleno das verbas, poderá ficar comprometido. O chumbo do OE e o cenário de eleições antecipadas não inviabilizou o pagamento das tranches previstas do PRR por parte de Bruxelas, dado que os pagamentos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência são feitos de acordo com o desempenho. No entanto, as incertezas à volta do OE para 2022 representam um fator de risco adicional de falha nas metas acordadas. Caso um novo Governo venha a decidir a redefinição do uso dos fundos europeus, tal implicará nova aprovação pelo Conselho Europeu fator que, naturalmente, irá conduzir a atrasos significativos nos desembolsos financeiros.



**PEDRO DEUS**  
Global Incentives Solutions Partner  
da PwC

1. Embora alguns programas sejam geridos diretamente pela Comissão Europeia, a maior parte dos recursos da UE é canalizada através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros, ao abrigo dos acordos de parceria, como o Portugal 2020. Naturalmente que esta delegação de poderes de gestão acarreta, igualmente, a definição de um conjunto de princípios e regras de controlo que visam garantir que a utilização dos fundos cumpre a legislação europeia e nacional, bem com impedir situações de irregularidades e fraude. O grande desafio para uma gestão adequada dos fundos europeus reside, assim, na manutenção de um equilíbrio, por vezes instável, entre a necessidade de execução dos projetos financiados por estes fundos, dentro de calendários relativamente curtos e com a intervenção de múltiplos atores, e a necessidade de estabelecer mecanismos que assegurem a sua monitorização e regularidade.

2. Não creio que a situação política vá ter grande impacto na aplicação dos fundos. O PRR já está em execução plena e a disponibilização dos fundos depende, fundamentalmente, da concretização de um conjunto de metas e marcos associados às reformas e investimentos negociados com a Comissão Europeia. O presente contexto

político poderá provocar algum atraso na realização das referidas reformas e investimentos, no entanto, o ritmo de lançamento dos concursos e avisos referentes às várias componentes não deixam antever dificuldades na aplicação do plano. Já relativamente ao próximo quadro financeiro plurianual, existe, efetivamente, algum atraso na negociação e aprovação do acordo de parceria que define a programação dos fundos europeus estruturais e de investimento. Tendo já sido assumido pelo Governo ainda em funções que o novo acordo de parceria deverá já ser assinado pelo novo Executivo, o calendário inicialmente definido já não vai ser cumprido, não parecendo ser possível assistir ao início da operacionalização deste quadro financeiro antes do final do primeiro semestre de 2022.



**JOÃO ARANHA**  
Partner  
na Baker Tilly

1. Os desafios são os de sempre e destaque principalmente dois: a orientação dos fundos comunitários para atividades estratégicas capazes de criar valor e a burocracia associada a todo o processo. A orientação dos fundos europeus foi e sempre será, em Portugal, como em qualquer outro país um desafio para quem gere, decide e aprova para onde deverá ser canalizado o investimento. O custo de oportunidade da orientação dos fundos europeus é bastante elevado, pois não falamos meramente de uma rentabilidade maior ou menor, falamos sim da capacidade de desenvolvimento de um país e, da sua capacidade de convergir com as economias dos países europeus, repercutindo-se isto, irremediavelmente na qualidade de vida dos portugueses. Deste modo, a gestão dos fundos comunitários requer um trabalho de casa exaustivo, um pensamento estratégico capaz de nos colocar num ritmo de crescimento económico sustentado, explorando as janelas de oportunidades a nível de comércio externo, bem como alavancar os nossos fatores críticos de sucesso internos numa ótica de internacionalização baseada na diferenciação. No que concerne à burocracia dos processos é o desafio eterno que as autoridades de gestão dos fundos comunitários a nível nacional sempre enfrentam.

Por um lado, devemos exigir candidaturas sólidas e documentadas, sendo que por outro caímos no "peso" (talvez excessivo) de demasiada burocracia.

2. A história permite-nos observar os erros no passado para corrigir situações futuras, bem como examinar os sucessos, por forma a replicar ou melhorar fórmulas vencedoras. Deste modo, se olharmos para os anos de início de outros programas comunitários como o QREN ou o Portugal 2020 podemos atentar num atraso igualmente significativo na implementação e arranque dos mesmos. Assim, se quisermos culpar a situação política, a crise pandémica ou qualquer outro fator podemos fazê-lo.



**SARA FERNANDES**  
Associate Partner  
da Crowe Portugal

1. Há inúmeros desafios que poderia elencar, mas identificaria como fundamentais uma maior transparência e controlo na gestão dos fundos, a redução da carga burocrática e uma maior flexibilização. Uma adequada gestão dos projetos apoiados pelos fundos europeus é determinante para o sucesso ou insucesso dos mesmos. Ao mesmo tempo, uma monitorização mais eficaz e um controlo mais assíduo dos projetos são fatores críticos, quando se trata de levar os mesmos a bom porto. Aqui apontaria como fundamental a necessidade de criar uma relação mais estreita entre o beneficiário do apoio comunitário e o Organismo Intermédio, para que se potenciem os objetivos do projeto e da empresa. No que toca à simplificação da carga burocrática, é prioritário reduzir os custos associados à gestão e aos prazos, encurtar as cadeias de intermediação processual - através da eliminação de etapas que não acrescentam valor - optar por um regime de custos simplificados e simplificar a interação dos promotores com os Organismos Intermédios. Inúmeras empresas apontam a falta de flexibilização como um obstáculo no acesso aos fundos comunitários, tanto para aquelas que pretendem submeter novas candidaturas como para os projetos que foram aprovados e que, por diversas razões, necessitam de fazer

alterações aos investimentos, face ao previsto em sede de candidatura. Este é um entrave que urge resolver, visto que existem projetos com elevadíssimo potencial para a economia portuguesa que acabam por ser excluídos à cabeça dado não cumprirem com certos requisitos, extremamente taxativos, mas de pouca significância. A experiência passada diz-nos que se deverá dar mais valor a uma análise mais qualitativa dos projetos e do seu potencial (de criação de valor acrescentado, emprego, entre outros), sempre que tal seja possível.

2. Desde que se encontra em vigor a política de Coesão da União Europeia, o ano de 2022 será aquele com mais fundos comunitários disponíveis para Portugal. Todavia, o chumbo ao Orçamento de Estado para 2022 e consequente necessidade de eleições antecipadas irá, pelo menos em parte, comprometer a aplicação destes fundos europeus. Aqui importa separar os dois instrumentos mais relevantes que entrarão em cena durante este ano: Portugal 2030 e Plano de Recuperação e Resiliência. No caso do PT2030, à semelhança do que aconteceu no anterior quadro comunitário (Portugal 2020), é necessária uma contrapartida nacional, em conjunto com estes fundos europeus no financiamento dos projetos; desta forma, o Governo, dada a situação de instabilidade política atualmente vivida em território luso, decidiu adiar a assinatura do acordo de parceria do PT 2030 para o período pós-eleições, estando, neste momento, em regime de gestão corrente, com tetos de despesa limitados aos duodécimos do Orçamento do ano anterior.



**MÁRIO JOÃO FERNANDES**  
Consultor  
da Abreu Advogados

1. A necessidade de "gastar os fundos" deu-nos uma cornucópia de rotundas, uma densa rede de autoestradas e um contributo para a média do crescimento anual do PIB de pelo menos 1,5% (sem os "fundos" o crescimento teria sido ainda mais raquítico). Este efeito crescimento tem muito de transferência de riqueza a partir dos Estados da UE que são contribuintes líquidos do respetivo